

## **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO CRAS CARÁ-CARÁ**

### **SOCIAL INTERACTION AND BOND-STRENGTHENING SERVICE: CHALLENGES AND POTENTIAL IN THE PROFESSIONAL PRACTICE OF CRAS CARÁ-CARÁ**

 <https://doi.org/10.63330/armv2n7-027>

Submetido em: 16/07/2026 e Publicado em: 12/08/2026

ARM: e262094

**Iasmim da Rosa**

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: [iasmimrosa0901@gmail.com](mailto:iasmimrosa0901@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6143786165637171>

**Reidy Rolim de Moura**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: [reidymoura@gmail.com](mailto:reidymoura@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

**Camila Aparecida da Silva Albach**

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: [camialbach18@gmail.com](mailto:camialbach18@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

#### **Resumo**

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os desafios e potenciais na efetivação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cará-Cará, localizado no município de Ponta Grossa - PR. A pesquisa está organizada em três capítulos e possui natureza qualitativa, baseia-se na pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi-estruturada. O estudo teve como objetivo geral compreender os desafios e potencialidades que se materializam na prática profissional dos assistentes sociais no cotidiano do CRAS, considerando a atuação e a articulação com a rede de proteção socioassistencial e as condições institucionais de trabalho. Os resultados evidenciam que apesar das fragilidades institucionais, como a escassez de recursos e a sobrecarga das equipes, o SCFV constitui um espaço fundamental de acolhimento, escuta e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Observou-se que na atuação crítica e mediadora dos profissionais é essencial para a efetivação da proteção social básica, e para a defesa dos direitos dos usuários. Por fim, destaca-se a preocupação diante da recente descontinuidade do SCFV, o que representa um retrocesso na garantia da convivência e na promoção da autonomia social.



**Palavras-chave:** Desafios e Potenciais; Proteção Social Básica; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

### Abstract

This research aims to present the challenges and potential associated with the implementation of the Social Interaction and Bond-Strengthening Service (SCFV) at the Cará-Cará Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality of Ponta Grossa, Paraná. Organized into three chapters, the study is qualitative in nature and relies on bibliographic research, document analysis, and semi-structured interviews. Its general objective was to understand the challenges and potential that manifest in the professional practice of social workers within the daily operations of the CRAS, considering their work and coordination with the social assistance protection network, as well as institutional working conditions. The results show that, despite institutional weaknesses—such as resource shortages and staff overload—the SCFV serves as a vital space for providing a welcoming environment, active listening, and the strengthening of family and community bonds. It was observed that the professionals' critical and mediating role is essential for the effective delivery of basic social protection and the defense of service users' rights. Finally, the study highlights concerns regarding the recent discontinuation of the SCFV, which represents a setback in guaranteeing opportunities for social interaction and promoting social autonomy.

**Keywords:** Basic Social Protection; Challenges and Potential; Social Interaction and Bond-Strengthening Service.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como ponto de partida a problematização do campo socioassistencial no Brasil, a partir da análise da relação histórica entre a Política de Assistência Social e a profissão de Serviço Social. Tal discussão torna-se relevante ao considerar os avanços decorrentes da consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que institui a assistência social como política pública de direito, orientada por princípios de universalização, descentralização e participação social.

A escolha da temática está diretamente relacionada às experiências vivenciadas no âmbito da Proteção Social Básica, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cará-Cará, localizado no município de Ponta Grossa (PR). Essas vivências possibilitaram a aproximação com a realidade institucional e territorial, permitindo observar a dinâmica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como suas potencialidades e desafios no cotidiano profissional, o que motivou o aprofundamento teórico e analítico sobre sua efetivação.

Nesse contexto, destaca-se o papel do CRAS como principal porta de entrada da Proteção Social



Básica, responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais voltados à prevenção de situações de risco social e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Entre os serviços ofertados, o SCFV assume centralidade ao promover espaços de convivência, socialização e desenvolvimento de potencialidades, contribuindo para a construção de trajetórias mais protetivas para os usuários.

O SCFV configura-se como um serviço de caráter preventivo e proativo, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), estando pautado na matricialidade sociofamiliar e na garantia do direito à convivência. De acordo com a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o público prioritário do serviço compreende indivíduos em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles com acesso limitado a oportunidades de convivência familiar e comunitária, buscando promover a autonomia, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

Entretanto, apesar de sua relevância no âmbito da política socioassistencial, o SCFV enfrenta desafios relacionados à sua efetivação, especialmente no que se refere à adesão e permanência dos usuários, às limitações estruturais e às demandas territoriais. Nesse sentido, a atuação do assistente social mostra-se fundamental, uma vez que envolve a construção de estratégias de intervenção, articulação intersetorial e mobilização dos usuários, com vistas à garantia de direitos e ao fortalecimento da participação social.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como problema de pesquisa: quais são os desafios e potencialidades na efetivação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no CRAS Cará-Cará, em Ponta Grossa (PR)?

Neste sentido, o objetivo deste artigo é o de analisar os desafios e potencialidades presentes na efetivação do SCFV no referido território. Como objetivos específicos, pretende-se: compreender as diretrizes e o funcionamento do serviço; identificar as demandas enfrentadas pelos profissionais no desenvolvimento das ações; analisar os desafios estruturais e institucionais presentes na execução do SCFV; e reconhecer as estratégias e potencialidades do serviço a partir da atuação profissional e da realidade dos usuários atendidos.

## **2 METODOLOGIA**

Metodologicamente, a presente pesquisa caracterizou-se como de natureza qualitativa, uma vez que, conforme aponta Martinelli (1999, p. 21), esse tipo de abordagem “tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, bem como o que o pesquisador compreende em relação ao tema”. Nesse sentido, a abordagem qualitativa possibilitou compreender a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como a articulação dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) diante dos desafios e



potencialidades presentes na prática cotidiana da Política de Assistência Social.

A pesquisa foi estruturada em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica que, segundo Fonseca (2002, p. 32), permite levantar conhecimentos acerca do problema proposto a partir de materiais já elaborados. Essa etapa envolveu a consulta a livros, artigos científicos, portais acadêmicos, como CAPES, *SciELO* e *Google Acadêmico*, além de documentos oficiais disponibilizados por órgãos governamentais.

A segunda etapa correspondeu à pesquisa documental, realizada por meio da análise de materiais institucionais fornecidos pelas profissionais responsáveis pelo serviço, incluindo fichas de acompanhamento, relatórios e registros de atividades. Essa etapa teve como objetivo compreender o funcionamento do SCFV e a forma como suas ações são efetivadas no cotidiano institucional.

Por fim, a terceira etapa consistiu na pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam diretamente no SCFV. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas, sendo três com assistentes sociais, uma com instrutora de arte e ofício e uma com psicóloga. A utilização desse instrumento possibilitou a apreensão das percepções, experiências e estratégias desenvolvidas pelos profissionais no âmbito do serviço.

O universo da pesquisa compreende os profissionais do CRAS Cará-Cará, localizado no município de Ponta Grossa (PR), sendo a amostra delimitada àqueles que atuam diretamente no SCFV, em consonância com os objetivos do estudo.

As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme modelo apresentado nos apêndices deste trabalho. Posteriormente, os dados foram transcritos, organizados e analisados, possibilitando a construção das categorias de análise apresentadas neste estudo.

Dessa forma, a pesquisa busca não apenas compreender a efetivação do SCFV no território do CRAS Cará-Cará, mas também refletir sobre a contribuição da prática profissional do assistente social no fortalecimento da cidadania e da autonomia dos usuários, reafirmando o compromisso ético-político da profissão na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### **3 A REALIDADE BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A constituição da Política de Assistência Social no Brasil está diretamente relacionada ao desenvolvimento histórico, social e econômico do país, especialmente no que se refere ao enfrentamento das expressões da questão social. Em sua origem, a assistência social apresentava caráter predominantemente caritativo e filantrópico, sendo executada majoritariamente por instituições religiosas, com destaque para a Igreja Católica. Nesse período, configurava-se como uma prática pontual, descontinuada e desvinculada de uma política pública estruturada, marcada pela culpabilização dos



indivíduos pela sua condição de pobreza (Montaño, 2012).

A partir da década de 1930, com o avanço da industrialização e a consolidação do capitalismo no Brasil, a questão social passa a ser reconhecida como resultado das contradições estruturais desse sistema. Nesse contexto, o Estado inicia sua intervenção de forma mais sistemática, ainda que com caráter conservador e regulador, visando a manutenção da ordem social. É nesse cenário que emerge o Serviço Social, inicialmente vinculado a práticas assistencialistas, de cunho moral e religioso, voltadas ao ajustamento dos indivíduos à ordem vigente (Iamamoto, 1999).

A gênese da profissão está relacionada à necessidade de mediação entre o Estado e as expressões da questão social, atuando no controle das tensões sociais. Conforme Netto (1996), o Serviço Social surge inserido na dinâmica do capitalismo, atendendo às demandas da ordem burguesa, ainda que essa condição não elimine sua possibilidade de atuação crítica. Nesse período, a prática profissional era fortemente influenciada pelo conservadorismo e pela doutrina social da Igreja, exercendo funções de controle social e moralização da pobreza.

Na década de 1960, diante das contradições do modelo desenvolvimentista e das influências do pensamento crítico latino-americano, emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que propõe a ruptura com os fundamentos conservadores da profissão. Esse movimento marca a construção de uma nova perspectiva profissional, comprometida com a análise crítica da realidade social e com as lutas por direitos.

Durante o período da Ditadura Militar (1964–1985), observa-se o aprofundamento das desigualdades sociais, aliado à repressão política e à restrição das liberdades civis. As políticas sociais assumem caráter seletivo e compensatório, voltadas à contenção dos efeitos da pobreza, sem enfrentar suas causas estruturais. Nesse contexto, o Serviço Social vivencia tensões entre práticas conservadoras e o fortalecimento de uma perspectiva crítica. Conforme Iamamoto (2008), a atuação profissional nesse período esteve, em grande medida, voltada à regulação das desigualdades, sem questionar suas bases estruturais.

A década de 1980 representa um marco fundamental na trajetória das políticas sociais no Brasil, impulsionada pela mobilização de movimentos sociais e pela luta pela redemocratização. Esse processo culmina na promulgação da Constituição Federal de 1988, que institui a Seguridade Social como um sistema integrado, composto pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social. A partir desse marco, a assistência social passa a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado.

A regulamentação dessa política ocorreu com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que estabelece seus princípios e diretrizes, como a universalização dos direitos, a descentralização político-administrativa e a participação social. Posteriormente, a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consolida um modelo de gestão descentralizado e articulado entre os entes federativos, organizando a política em níveis de proteção social.



Nesse contexto, a Proteção Social Básica assume papel central na prevenção de situações de risco social, tendo como principal equipamento o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS configura-se como porta de entrada da política de assistência social, sendo responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios voltados a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Dentre os serviços ofertados, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem como objetivo promover a convivência familiar e comunitária, fortalecer vínculos sociais e desenvolver potencialidades dos usuários. Trata-se de um serviço de caráter preventivo e proativo, que atua na perspectiva da garantia de direitos e da inclusão social, especialmente para públicos em situação de vulnerabilidade, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.

A atuação do assistente social nesse contexto é fundamental, uma vez que envolve a mediação entre as demandas da população e as respostas institucionais do Estado. Conforme Iamamoto (2007), o Serviço Social está inserido na relação capital-trabalho, atuando diretamente nas expressões da questão social, o que evidencia o caráter não neutro da prática profissional, orientada por um projeto ético político comprometido com a defesa dos direitos sociais.

Apesar dos avanços na consolidação da política de assistência social, persistem desafios relacionados à desigualdade socioeconômica, à fragmentação das políticas públicas e à limitação de recursos institucionais. Além disso, ainda se observa a presença de concepções assistencialistas na sociedade, que dificultam o reconhecimento da assistência social como direito.

Dessa forma, a trajetória da assistência social no Brasil evidencia um processo de transição de práticas baseadas na caridade para a consolidação de uma política pública de direitos, ainda marcada por contradições e desafios. Nesse cenário, o Serviço Social assume papel estratégico na efetivação da proteção social e na defesa da cidadania, sendo fundamental compreender como essas diretrizes se materializam no contexto local.

Assim, o próximo capítulo tem como objetivo analisar a política de assistência social no município de Ponta Grossa (PR), com ênfase na atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cará-Cará, considerando seus desafios e potencialidades no desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

#### **4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA GROSSA E A ATUAÇÃO DO CRAS CARÁ-CARÁ**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a organização da Política de Assistência Social no município de Ponta Grossa (PR), situando-a no contexto das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Busca-se



compreender como essa política se materializa no âmbito municipal, com destaque para a atuação da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FAS-PG) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cará-Cará, unidade que constitui o campo empírico deste estudo.

A análise parte da compreensão de que a descentralização das políticas públicas, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela LOAS (1993), atribui aos municípios papel central na execução da assistência social. Nesse sentido, a organização local da política revela tanto os avanços institucionais quanto os desafios enfrentados na efetivação dos direitos socioassistenciais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, estabelece as diretrizes para a organização da assistência social no Brasil, orientando-se pela garantia de direitos, pela universalização do acesso e pela centralidade na família. A política estrutura-se em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica, voltada à prevenção de situações de risco social, e a Proteção Social Especial, destinada ao atendimento de situações de violação de direitos. O SUAS consolida esse modelo organizativo, definindo responsabilidades entre os entes federativos e promovendo a descentralização das ações. Nesse contexto, a participação da população, a primazia do Estado e a centralidade na família configuram princípios fundamentais para a execução da política (Brasil, 2015). No estado do Paraná, a operacionalização do SUAS ocorre por meio da articulação entre governo estadual, municípios e conselhos de controle social, possibilitando a adaptação das ações às especificidades territoriais. Essa organização reforça o papel dos profissionais do Serviço Social na mediação entre as demandas da população e as respostas institucionais, conforme discutido por autores como Netto (2000) e Iamamoto (2008).

No município de Ponta Grossa, a Política de Assistência Social é coordenada pela Fundação de Assistência Social (FAS-PG), instituída pela Lei Municipal nº 13.010/2017. A FAS-PG é responsável pela gestão do SUAS no município, atuando no planejamento, coordenação e execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Entre suas atribuições, destacam-se a articulação com a rede socioassistencial, o apoio às entidades conveniadas, a gestão do Cadastro Único (CadÚnico) e a implementação de ações voltadas à promoção de direitos. A atuação da Fundação também envolve a integração com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação, evidenciando a necessidade de práticas intersetoriais.

A organização da assistência social no município baseia-se nos princípios da universalização, equidade e participação social, buscando garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios socioassistenciais. No entanto, assim como em outros contextos, a efetivação desses princípios enfrenta desafios relacionados à limitação de recursos e à complexidade das demandas sociais.

A Proteção Social Básica, no âmbito do SUAS, é operacionalizada principalmente por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas responsáveis pela prevenção de



situações de risco social e pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os CRAS constituem a principal porta de entrada da assistência social, ofertando serviços como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além disso, realizam encaminhamentos para benefícios e outros serviços da rede socioassistencial, contribuindo para a ampliação do acesso a direitos.

O município de Ponta Grossa conta com 12 unidades de CRAS distribuídas em diferentes territórios, priorizando áreas com maior índice de vulnerabilidade social. Essa distribuição territorial reforça o princípio da descentralização e possibilita um atendimento mais próximo das realidades locais.

O CRAS Cará-Cará, implantado em 2007, atende atualmente aproximadamente 4.300 famílias distribuídas em diversos bairros urbanos e áreas rurais do município. Sua atuação está voltada ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, com demandas relacionadas principalmente ao acesso a programas sociais, benefícios eventuais e serviços socioassistenciais.

Entre as principais demandas atendidas, destacam-se o Cadastro Único, a solicitação de benefícios como cestas básicas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de encaminhamentos para outras políticas públicas e serviços da rede. Observa-se que, especialmente após o período da pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na procura por benefícios eventuais, evidenciando o agravamento das condições socioeconômicas da população.

A atuação profissional no CRAS envolve o desenvolvimento de ações articuladas, com foco na garantia de direitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na promoção da autonomia dos usuários. Para isso, os assistentes sociais utilizam diversos instrumentos técnico-operativos, como entrevistas, visitas domiciliares, relatórios e encaminhamentos, fundamentados no projeto ético-político da profissão.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvido no CRAS Cará-Cará, constitui-se como uma das principais estratégias da Proteção Social Básica. O serviço tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, promovendo atividades em grupo que estimulem a convivência, o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento de vínculos. No contexto da unidade, o SCFV atende diferentes públicos, com destaque para mulheres, gestantes e idosos, organizando suas atividades a partir das demandas e características dos usuários. A atuação do assistente social nesse serviço envolve o planejamento das atividades, o acompanhamento dos participantes e a articulação com a rede socioassistencial.

A análise das formas de acesso ao SCFV indica a importância da busca ativa e dos encaminhamentos realizados pelos profissionais, evidenciando o papel estratégico do CRAS na mobilização e inserção dos usuários no serviço.

A análise da política de assistência social em Ponta Grossa, com foco na atuação do CRAS Cará-





Cará, evidencia a importância da organização territorializada dos serviços socioassistenciais na garantia de direitos. Ao mesmo tempo, revela os desafios enfrentados pelos profissionais diante da complexidade das demandas e das limitações institucionais.

Observa-se que, apesar das dificuldades, a atuação profissional fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social contribui para a construção de estratégias que visam a inclusão social, o fortalecimento da cidadania e a ampliação do acesso aos direitos.

Diante disso, o próximo capítulo apresentará a análise dos dados da pesquisa de campo, buscando identificar, a partir da percepção dos profissionais, os principais desafios e potencialidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Cará-Cará.

## **5 A EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS CARÁ-CARÁ: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E POTENCIAIS NA PRÁTICA PROFISSIONAL**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados da pesquisa de campo realizada com profissionais atuantes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS Cará-Cará, no município de Ponta Grossa – PR, no período de 2021 a 2025. A investigação buscou compreender, a partir das percepções dos trabalhadores, os desafios, estratégias e potencialidades presentes na efetivação do serviço no contexto da Política de Assistência Social.

A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais assistentes sociais, psicóloga e instrutora de atividades organizadas em três eixos analíticos: (1) compreensão das diretrizes e objetivos do SCFV; (2) demandas e desafios enfrentados; e (3) estratégias e potencialidades na prática profissional. A análise evidencia que o SCFV se configura como um espaço relevante de proteção social básica, ainda que atravessado por limites institucionais, estruturais e políticos que impactam diretamente sua efetivação.

As falas dos profissionais demonstram que o SCFV é compreendido como um serviço de caráter preventivo e protetivo, voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à promoção da autonomia e à ampliação das redes de apoio.

Os entrevistados destacam que o serviço ultrapassa sua função formal, tornando-se espaço de escuta, acolhimento e construção de pertencimento, especialmente para públicos como mulheres e idosos. Nesse sentido, o SCFV se consolida como um ambiente de socialização e expressão, onde os usuários encontram segurança para compartilhar vivências marcadas por vulnerabilidades sociais. Entretanto, observa-se que as demandas apresentadas pelos usuários frequentemente extrapolam os objetivos institucionais do serviço, assumindo a forma de desabafos relacionados às condições de vida, como insegurança alimentar, conflitos familiares, isolamento social e ausência de direitos básicos. Tal cenário



evidencia a complexidade das expressões da questão social no território.

Além disso, os profissionais apontam que a efetivação das diretrizes do SCFV depende diretamente da qualidade do vínculo estabelecido com os usuários. Quando esse vínculo é fortalecido, há maior participação, confiança e protagonismo, reforçando o papel do serviço na promoção da autonomia. Assim, embora o SCFV cumpra sua função enquanto política pública, sua prática cotidiana revela tensões entre os objetivos normativos e as demandas concretas da população atendida.

Os resultados indicam que os profissionais enfrentam múltiplos desafios no cotidiano do SCFV, destacando-se: sobrecarga de trabalho, escassez de recursos humanos e materiais, precariedade da infraestrutura e elevada demanda de usuários.

A sobrecarga emocional também aparece como elemento relevante, uma vez que os trabalhadores lidam constantemente com relatos de sofrimento, violência, desigualdade de gênero e exclusão social. Esse cenário pode comprometer tanto o vínculo com os usuários quanto a qualidade do atendimento ofertado.

Outro aspecto identificado refere-se à limitação institucional para responder às demandas apresentadas. Como apontam autores como Iamamoto (2008) e Netto (2005), o trabalho do assistente social ocorre em um espaço contraditório, onde há exigência de respostas imediatas às expressões da questão social, mas com recursos insuficientes e sob as limitações do Estado.

Destaca-se, ainda, a presença de desigualdades estruturais nas trajetórias dos usuários, especialmente entre mulheres, marcadas por baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho e histórico de opressão. Tais elementos reforçam a necessidade de uma atuação profissional que ultrapasse o atendimento pontual, articulando ações intersetoriais e estratégias de emancipação.

Além dos limites materiais, os profissionais também apontam desafios de ordem institucional e política, como a ausência de diálogo com a gestão, a fragilidade na construção metodológica do serviço e a influência de interesses políticos na organização das políticas públicas.

Esses fatores evidenciam que as dificuldades enfrentadas no SCFV não são apenas operacionais, mas refletem contradições estruturais da política de assistência social no contexto brasileiro.

Diante dos desafios apresentados, os profissionais desenvolvem diversas estratégias para garantir a continuidade e a efetividade das ações do SCFV, a criatividade e a capacidade de adaptação são apontadas como elementos centrais na prática profissional, permitindo a construção de atividades que despertem o interesse dos usuários, mesmo em contextos de escassez de recursos.

Além disso, destaca-se a importância do planejamento metodológico, com a necessidade de organização das atividades em processos contínuos (início, meio e fim), visando maior compreensão e impacto para os participantes.

O trabalho em equipe também aparece como estratégia fundamental, sendo ressaltada a importância de reuniões, supervisão e construção coletiva de práticas. Esses espaços permitem a troca de experiências,



o alinhamento de metodologias e o fortalecimento da atuação interdisciplinar.

Outra estratégia relevante refere-se à articulação com a rede socioassistencial e com outras instituições, incluindo órgãos de controle, como o Ministério Público, para garantir melhores condições de trabalho e atendimento.

As falas evidenciam ainda a tentativa de organização interna do trabalho, por meio da divisão de responsabilidades e definição de funções, como forma de reduzir conflitos e otimizar as ações. Essas estratégias dialogam com o projeto ético-político do Serviço Social, que, conforme Netto (2005), exige uma atuação crítica, criativa e comprometida com a transformação da realidade social, mesmo diante de condições adversas.

Apesar das limitações, os profissionais reconhecem importantes potencialidades no SCFV, destacando seu papel na prevenção de riscos sociais, fortalecimento de vínculos e promoção da autonomia. O serviço é compreendido como espaço de construção de cidadania, onde os usuários desenvolvem habilidades sociais, ampliam sua participação comunitária e fortalecem sua identidade enquanto sujeitos de direitos.

As atividades desenvolvidas, especialmente oficinas e práticas coletivas, contribuem para a superação de traumas, o desenvolvimento de novas capacidades e, em alguns casos, a geração de renda. Tais experiências reforçam o caráter emancipatório do serviço. Outro aspecto relevante refere-se ao protagonismo dos usuários, que passam a se reconhecer como agentes de sua própria trajetória, fortalecendo sua autonomia e capacidade de decisão. A participação de estagiários também é apontada como potencialidade, contribuindo com novas ideias, inovação e fortalecimento das práticas profissionais.

Nesse sentido, o SCFV se consolida como um espaço de resistência às práticas assistencialistas, promovendo a construção de vínculos, a inclusão social e a ampliação dos direitos. Conforme Iamamoto (2008), a atuação profissional orientada pelo compromisso ético-político possibilita a construção de práticas que favorecem a emancipação dos sujeitos, mesmo em contextos marcados por desigualdades estruturais.

A análise dos dados evidencia que o SCFV, no contexto do CRAS Cará-Cará, desempenha papel central na rede de proteção social básica, articulando ações que vão além do atendimento imediato das vulnerabilidades. Os desafios identificados, como a escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho e as limitações institucionais, revelam os limites da política pública, mas também evidenciam a capacidade de resistência e reinvenção dos profissionais.

As estratégias desenvolvidas e os potenciais identificados demonstram que, mesmo diante das adversidades, o SCFV contribui significativamente para a promoção da cidadania, fortalecimento de vínculos e construção de autonomia dos usuários. Dessa forma, reafirma-se a importância do compromisso ético-político do



Serviço Social na efetivação da política de assistência social, bem como a necessidade de fortalecimento das condições institucionais para a consolidação do SUAS.

## **6 A EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS CARÁ-CARÁ: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E POTENCIAIS NA PRÁTICA PROFISSIONAL**

A fim de aprofundar de que forma os profissionais percebem o serviço e o papel deles na autonomia e convivência dos usuários, recorreu-se aos relatos de 5 (cinco) profissionais entrevistados, os quais foram questionados sobre suas vivências e compreensões no contexto do dia a dia da efetivação do SCFV no CRAS Cará

Cará, através de um recorte entre os anos de 2021 a 2025, sendo colocados como profissional “1, 2, 3, 4 e 5” no decorrer da pesquisa.

As falas evidenciam que, embora o serviço apresenta importante contribuição para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enfrenta entraves significativos, como a limitação de recursos materiais, humanos e estruturais, além da alta demanda de usuários.

Por outro lado, os profissionais também destacaram como potencialidade a capacidade do SCFV de promover espaços de escuta, expressão e pertencimento, especialmente entre mulheres e idosos, que fazem parte do público que atendem, contribuindo para a construção de um serviço mais assertivo e objetivo. Essas dimensões revelam que o SCFV, apesar dos desafios, mantém-se como estratégia fundamental dentro da política de assistência social, reafirmando seu caráter protetivo e preventivo.

As entrevistas realizadas com os profissionais atuantes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Cará-Cará no tempo de recorte, iniciando no ano de 2021 até 2025, abordaram a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários durante sua participação nas atividades.

Observou-se que as demandas extrapolam os objetivos iniciais do SCFV, configurando-se, muitas vezes, como desabafos relacionados a situações de vulnerabilidade social vivenciadas cotidianamente no âmbito familiar.

A Profissional 3 destaca limitações existentes para a oferta do serviço de forma a compreender a finalidade do poder vigente e o apoio em equipe:

“A gente estava lutando pelos direitos dos usuários, mas o poder público só quer cobrar né? Existe uma hierarquia profissional, comprometendo algumas situações [...]”

“A gente busca jogar algumas luzes, mas precisa que os usuários entendam o discurso limitado [...] daquele tempo para cá, as coisas só melhoraram, mas ainda existe muita coisa retrógrada [...] a gente ainda está engatinhando, precisa que a tipificação e a equipe multidisciplinar sejam bons para se trabalhar, fazer o máximo [...]”



A fala aborda uma sobreposição de expectativas, os quais podem gerar frustração tanto para os participantes quanto para os profissionais, especialmente diante das limitações institucionais de resposta e o poder público vigente, além dos desafios encontrados diariamente. Tal aspecto evidencia um desafio na construção de vínculos, pois a escuta constante de demandas que não podem ser plenamente atendidas pode impactar o envolvimento dos técnicos nas atividades do grupo, que foram destacados principalmente durante o período pandêmico do COVID-19, onde os profissionais atuantes necessitavam de recursos e eles se encontravam limitados ou nulos.

A Profissional 2 destaca a importância do serviço enquanto espaço de acolhimento e acompanhamento:

“Na vida dos usuários tudo se trata como prevenção de risco, né? [...] Prevenção de Riscos Sociais, promoção de autonomia e fortalecimento das redes de apoio [...]”

Destaca a insegurança como elemento central nas vivências dos usuários, sendo o SCFV reconhecido como um espaço de acolhimento e segurança, especialmente frente a situações de risco e negligência, abrangendo desde questões familiares e alimentares até a falta de acesso à informação e à socialização.

A fala da Profissional 5 destaca a importância de compreender o impacto existente entre o profissional e o usuário:

“Eu sei que o usuário consegue ser o protagonista, vejo que o SCFV já atingiu os objetivos e ações [...] É um impacto, movimento de planejamento e identificar quem é o protagonista para conseguir tomar decisões, com suas próprias pernas, o profissional que atua precisa saber disso.”

Nesse sentido, complementa esse entendimento ao ressaltar que a confiança dos usuários está diretamente relacionada ao vínculo estabelecido com os técnicos ou condutores das atividades. Quando esse vínculo é fortalecido, os usuários tendem a compartilhar suas demandas com mais profundidade, o que reforça a importância da continuidade e da presença qualificada dos profissionais.

Diante disso, percebe-se que, embora o SCFV tenha como objetivo central o fortalecimento de vínculos e a convivência comunitária, ele acaba sendo colocado juntamente a múltiplas questões sociais que demandam uma atuação intersetorial por parte da equipe técnica. Isso evidencia tanto os desafios estruturais quanto a falta de profissionais para conseguir trabalhar sobre o cotidiano do serviço, quanto o seu potencial enquanto espaço de escuta, acolhimento e construção de vínculos significativos com os usuários.

A Profissional 1 e a profissional 2 destacam as demandas pessoais trazidas pelos usuários, com as



expressões da realidade em que estão inseridos:

“Trazem que elas só servem para cozinhar e limpar sem ter uma direção, [...] é o que elas mais trazem de demanda e às vezes elas só querem que a gente resolva os problemas. [...]” “Querem apoio e acompanhamento, além de suporte e eu acho que pra isso precisa ter uma mente mais aberta e criatividade para assumir papéis, principalmente na pandemia [...] Fazendo sentido naquilo, sabe?”

A análise das falas dos profissionais entrevistados evidencia que as demandas trazidas pelos usuários ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) refletem a complexidade da realidade social vivenciada por populações em situação de vulnerabilidade e também sobre o período pandêmico. Observa-se, nas falas, a presença de múltiplas expressões no cotidiano dos usuários atendidos no CRAS, exigindo da equipe técnica sensibilidade, escuta qualificada e, muitas vezes, atuação para além dos limites institucionais.

Quando questionados sobre as dificuldades na execução das atividades, a partir das falas dos entrevistados pudemos observar insegurança dos usuários, vulnerabilidades, sobrecarga, falta de recursos, estrutura precária, etc., conforme abaixo retratamos.

A Profissional 3 destaca o peso emocional enfrentado pelos trabalhadores do SCFV ao lidar com a amplitude das demandas trazidas pelos participantes:

“Eles trazem todas as demandas deles, porque querem aproveitar que vêm e contar toda a situação que estão vivendo [...] o profissional que está ali fica muito difícil pra ele [...] e quando se diz muito não pra esse pessoal do grupo, acaba não conseguindo construir vínculo muito forte.”

Sua fala indica o desafio da preservação do vínculo profissional-usuário frente às expectativas criadas em torno do serviço, especialmente em contextos marcados por ausência de recursos e limitações institucionais. Destaca histórias marcadas por opressão de gênero, baixa escolaridade, falta de reconhecimento social e ausência de qualificação profissional, especialmente entre as mulheres.

A Profissional 2 aponta que a insegurança social é um traço recorrente entre os usuários, especialmente os idosos, que veem no SCFV um espaço de acolhimento e escuta:

“A questão principal é a insegurança. Eles buscam apoio frente às situações de risco dos usuários, [...] que pode ser questão familiar, alimentar, falta de acesso à informação e à socialização.”

Esse entendimento se alinha ao que Netto (2005) e Iamamoto (2008) que discutem sobre o lugar do Serviço Social na totalidade da reprodução das relações sociais: o assistente social atua num espaço



contraditório, onde são demandadas respostas imediatas às expressões da questão social, mas dentro de instituições que operam sob lógicas e limites do Estado capitalista. Onde os profissionais enfrentam impasses entre o atendimento às necessidades concretas e a capacidade real de resposta da política pública.

A Profissional 5 complementa esse aspecto ao afirmar que os usuários compartilham suas demandas de forma mais intensa quando existe uma relação de confiança com os condutores das atividades:

“Os usuários se sentem bastante seguros [...] eles trazem algumas demandas quando eles vinculam com o técnico ou com a pessoa que conduz.”

Essa fala evidencia o potencial do SCFV como espaço de fortalecimento de vínculos e de construção de estratégias de proteção, desde que exista uma equipe capacitada e presente de forma contínua. A Profissional 4, por sua vez, compartilha experiências marcadas por desigualdades de gênero, exclusão social e histórico de vulnerabilidades familiares:

“As demandas que trazem bastante é a questão de feridas [...] muitas vivem oprimidas [...] não têm qualificação [...] foram tiradas da escola pra ajudar na renda familiar.”

Esse relato embasado ao que aponta Iamamoto (2008), a trajetória dos sujeitos atendidos nas políticas sociais é marcada por determinações históricas e estruturais da sociedade capitalista, e que os serviços de proteção social básica como o SCFV são chamados a atuar não apenas no campo técnico, mas também no ético político. Essa demanda reforça o cenário de vulnerabilidade econômica vivenciado por parte significativa dos usuários.

Ao se tratar do projeto ético-político do Serviço Social, os relatos reforçam a importância de compreender o SCFV como um espaço não apenas de atividades recreativas e ocupacionais, mas da participação social e da superação das desigualdades. Como Netto (2005) destaca, cabe ao assistente social intervir na realidade social a partir de uma leitura crítica das contradições, buscando estratégias de resistência, transformação e garantia de direitos. A efetivação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no CRAS Cará-Cará enfrenta significativos pontos que estão diretamente relacionados ao estrutural e institucional, conforme apontado pelos profissionais entrevistados.

Tais obstáculos impactam diretamente a qualidade do atendimento ofertado, a continuidade metodológica das ações e as possibilidades de atuação qualificada da equipe, além do tempo de permanência do usuário no serviço, visto que o SCFV é uma continuação do serviço ofertado pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

No geral as falas que aparecem retratam sobre criatividade, metodologia contínua, supervisão,



divisão de tarefas, etc e mostram o caráter criativo, ético e político da atuação profissional, relacionando com o projeto ético-político e com a necessidade de condições dignas de trabalho.

A Profissional 2 destaca a insuficiência de recursos humanos e a precariedade dos espaços físicos como fatores limitadores do serviço:

“Seria o RH mesmo, com a falta de profissionais que pudessem desenvolver diferentes atividades [...] os espaços não são adequados, salas pequenas [...] e também recursos financeiros, né? Que possam fazer coisas maiores e atividades diferentes.”

Essa fala indica a sobrecarga sobre os profissionais, que acabam tendo que se reinventar constantemente para manter o funcionamento das atividades, muitas vezes de forma solitária. De forma semelhante, a Profissional 1 menciona a escassez de materiais e a ausência de figuras específicas, como educadores sociais, para enriquecer o trabalho em grupo:

“O espaço aqui no CRAS é apertado, não tem material suficiente para trabalhar [...] gostaria de ter uma educadora [...] porque o educador tem outros pensamentos e outras maneiras de trabalhar com grupo.”

Tais limitações estruturais vem de encontro com a análise de Iamamoto (2008), ao afirmar que o trabalho do assistente social se dá em meio a condições objetivas marcadas por contradições. Ou seja, os profissionais são convocados a intervir em realidades de intensa vulnerabilidade com recursos escassos e demandas crescentes, o que expressa o próprio modo de gestão das políticas públicas sob o capitalismo periférico.

A fala da Profissional 5 complementa esse panorama ao destacar a dificuldade em consolidar uma metodologia clara e linear para o SCFV:

“O SCFV tem um começo, meio e fim, e quando eu assumi no CRAS Cará Cará eu vi que não tinha isso [...] interfere na compreensão final dos usuários.”

As análises feitas por Netto (2005) são fundamentais para compreender que essas fragilidades não são apenas técnicas ou pontuais, mas refletem o projeto societário em curso. O autor afirma que o Serviço Social está inserido em instituições que carregam as marcas das contradições sociais e das disputas políticas sobre o papel do Estado e das políticas públicas. O que os profissionais vivenciam no cotidiano do CRAS é a expressão concreta dessas tensões.

A Profissional 3 traz ainda uma crítica contundente sobre a ausência de diálogo entre os responsáveis institucionais e as equipes de base, questionando a forma como o espaço físico dos serviços





é concebido:

“Nunca sentaram com uma equipe multidisciplinar e disseram o que seria ideal para atender o povo [...] tem exigência na lei, mas quem vai pôr em prática?” “O profissional que está ali, fica muito difícil pra ele [...] eu tinha um objetivo e não conseguia fazer render, não vinha de encontro com o que a equipe queria, foi frustrante, também teve questão de saúde mesmo, foi no período da pandemia também.” “Costumo dizer que meus patrões são o povo e não o prefeito [...] muitos profissionais sofrem retaliação com o fortalecimento da direita conservadora retrógrada no país.”

Essa fala expõe uma crítica ao uso político das instituições públicas, revelando o tensionamento entre o compromisso ético-político da profissão e os interesses dos gestores ou representantes públicos locais. Percebe-se que os desafios relatados vão além das condições materiais e apontam para disputas simbólicas, políticas e institucionais sobre o papel do SCFV e dos profissionais que nele atuam.

As falas dos profissionais evidenciam que, diante das dificuldades estruturais e institucionais encontradas no cotidiano do SCFV, a criatividade, a busca por inovação e o fortalecimento do trabalho em equipe são elementos centrais para a superação desses desafios.

A Profissional 2 destaca a importância da inventividade dos técnicos para manter o interesse dos usuários:

“Para superar esses desafios da prática é necessário criatividade dos profissionais que estão ali na frente e buscar inovar atividades diferentes para que promova o interesse deste usuário.”

Essa visão ressalta a capacidade de resiliência dos trabalhadores sociais, que se reinventam para construir espaços significativos de convivência, mesmo diante da escassez de recursos.

A Profissional 4 enfatiza a necessidade de uma metodologia contínua, que contemple a lógica de começo, meio e fim, incorporando conteúdos que ultrapassem a mera festividade para promover a cidadania e a reflexão política:

“Fazer uma metodologia contínua e mais dias de grupo [...] se é pra impactar sociedade deveria ter conhecimento de cidadania, política pública [...] incorporar para esse fim, não só festividade.”

Ela ainda aponta para a sobrecarga da profissional responsável, que acumula múltiplos papéis e não consegue garantir a profundidade necessária no atendimento. O fortalecimento da equipe por meio de reuniões e supervisão também é destacado pela Profissional 5, que reconhece a importância de uma linguagem comum e da reflexão crítica na aplicação das práticas:



“Eu opto mais por uma supervisão da equipe [...] não adianta capacitar na teoria e não saber usar na prática [...] para poder discutir minhas dificuldades para a implantação das ações.”

Essa necessidade de supervisão e diálogo é fundamental para a qualificação do trabalho, como destaca Netto (2005) e Iamamoto (2008), reforçando o caráter ético-político da intervenção social e a necessidade de enfrentamento das contradições institucionais com conhecimento e reflexão crítica.

A Profissional 1 relata uma estratégia para reduzir conflitos internos e organizar o trabalho de grupos, delegando a responsabilidade de condução de forma clara:

“Eu deixo a profissional de arte e ofício fazer do jeito dela para não ter conflito [...] se cada uma cuidasse de um grupo seria uma estratégia, não misturar.”  
“[...] Embora eu reconheça que ainda haja conflitos, a divisão clara das responsabilidades aparece como uma alternativa para melhor organização e responsabilidade técnica.”

Por fim, a Profissional 3 relata a atuação de instâncias externas, como o Ministério Público, para cobrar melhorias institucionais e garantir condições mínimas para a realização das atividades:

“Quem conseguiu algumas coisas foi o próprio Ministério Público com denúncias [...] cobrar do município providências para continuar atendendo.”

Ela ressalta as dificuldades cotidianas para encontrar espaços adequados e as limitações provocadas pela falta de transporte e infraestrutura. Essa pluralidade de estratégias e a superação dos desafios requer, portanto, ações imediatas de adaptação quanto o engajamento em processos mais amplos de transformação das condições de trabalho e das políticas públicas.

Os relatos dos profissionais do CRAS Cará-Cará indicam que o SCFV é um espaço fundamental de prevenção de riscos sociais, promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos e ampliação das redes de apoio. A Profissional 2 destaca a função preventiva e de fortalecimento social do serviço:

“É na vida do usuário a prevenção dos riscos sociais, promoção de autonomia, fortalecimento de vínculos e redes de apoio.”

A Profissional 1 destaca a importância do profissional como mediador para a autonomia do usuário:

“Acredito que o Serviço de Convivência é interessante, mas depende muito do que é trabalhado, do tema, eu vejo que isso serve para empoderar o usuário, precisa fazer ele entender a situação dele e eu to ali como mediador, sabe?”

Nesse sentido é possível visualizar sobre autonomia, protagonismo dos usuários, fortalecimento de



vínculos, superação de traumas, impacto das oficinas de artesanato, etc, destacando ainda que, mesmo com adversidades, o SCFV atua como espaço de emancipação e cidadania. A Profissional 3 destaca a participação dos estagiários, enquanto futuros profissionais para a criação de estratégias juntamente da equipe multidisciplinar:

“Eu acho bom quando vem estagiários para criar estratégias [...] participar das melhorias que dependem de muito trabalho e interesse [...] passar idéias pra frente e fazer”

Esse entendimento está alinhado com a concepção do SCFV enquanto política pública que visa não apenas a assistência, mas a promoção da cidadania e a proteção social. A Profissional 4 ressalta o impacto do serviço no processo de superação de trauma e no despertar de potencialidades:

“Já foram situações que eu ofereci agulha para costurar e a pessoa travou, começou a chorar, pois a mãe amarrava a mão e costurava... A gente vê que a pessoa consegue vencer o desafio e continuar, se descobrindo no sentido de fazer arte [...] no artesanato você pode ganhar dinheiro, mas para isso precisa fazer.”

A Profissional 3 pontua que o artesanato e as atividades promovem inclusão e atraem novos usuários, muitas vezes além do território original, ampliando o alcance do serviço:

“O usuário tem o poder de chamar outras pessoas para participar [...] o artesanato não é para ser confundido com clube de mães, é necessário e até terapêutico.”

Essa fala reforça o papel do SCFV como espaço de sociabilidade e fortalecimento comunitário. A sociabilidade dentro do SCFV desempenha um papel fortalecedor nos laços comunitários para a promoção do desenvolvimento de habilidades sociais que contribuem para a prevenção de riscos sociais, onde o espaço de troca e interação estimula o pertencimento e oferece oportunidades para a promoção do bem-estar social e o exercício dos deveres enquanto cidadão, em diferentes contextos sociais.

A Profissional 5 enfatiza o protagonismo dos usuários e a articulação entre o SCFV e outras ações do SUAS:

“O usuário consegue compreender que é o protagonista [...] o SCFV tem atingido os objetivos, fortalece o protagonismo e a identificação do usuário como agente de sua própria história.”

Destaca e reforça o papel do SCFV na construção de sujeitos sociais ativos e conscientes de seus direitos. De acordo com Netto (2005), tais potenciais expressam a capacidade do Serviço Social de atuar



como espaço de resistência e transformação, mesmo diante das limitações e contradições estruturais do sistema capitalista.

A atuação no SCFV permite construir práticas que rompem com a lógica assistencialista e promovem a ampliação da cidadania e da justiça social. Iamamoto (2008) complementa afirmando que o trabalho do assistente social deve se pautar pelo compromisso ético-político com a emancipação dos sujeitos, fortalecendo suas capacidades de agência e participação social, justamente o que se evidencia nas falas dos profissionais e nos potenciais do SCFV identificados nesta análise.

O profissional que atua no SCFV desempenha um papel estratégico dentro do SUAS, pois sua função ultrapassa a mera execução de atividades socioeducativas, é responsável por promover espaços de socialização, fortalecimento das relações comunitárias e desenvolvimento de potencialidades, considerando as especificidades de cada ciclo de vida e as diversidades culturais e territoriais. Para isso, sua prática requer planejamento, metodologias participativas e capacidade de mediação de conflitos, sempre fundamentada nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e no caráter protetivo da assistência social enquanto política pública de direito.

Nesse sentido, o profissional do SCFV atua como articulador entre o território, as famílias e a rede socioassistencial, enfrentando diariamente demandas complexas decorrentes de desigualdades históricas, violências estruturais e vulnerabilidades sociais, as quais exigem intervenções intersetoriais e sensibilidade ética e política. Sua atuação é, portanto, não apenas técnica, mas também política, pois reafirma a função da assistência social como promotora de direitos e não como instrumento de controle social ou de ações assistencialistas fragmentadas.

A análise das falas dos profissionais do CRAS Cará-Cará permite compreender que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constitui um espaço central na rede de proteção social básica, articulando ações que vão além do atendimento imediato das vulnerabilidades. As dificuldades relatadas, como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura e a sobrecarga de trabalho, evidenciam os limites institucionais da política pública, mas também revelam a potência transformadora da atuação profissional quando ancorada no compromisso ético-político do Serviço Social.

As estratégias criativas, o fortalecimento de vínculos e o protagonismo dos usuários demonstram que o SCFV tem contribuído para a construção de trajetórias mais autônomas e participativas. Com base nessas reflexões apresenta-se a seguir as considerações finais, retomando os principais achados desta pesquisa e discutindo as implicações dos resultados para a consolidação da política de assistência social e para o fortalecimento da atuação profissional no âmbito do SUAS.



## 7 CONCLUSÃO

A trajetória das políticas públicas de assistência social no Brasil, especialmente no campo da proteção social não contributiva, é marcada por avanços normativos significativos, ao mesmo tempo em que revela contradições decorrentes das orientações neoliberais que impactam diretamente a efetivação dos direitos sociais. Nesse cenário, a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa um marco importante ao instituir princípios como a universalidade de acesso, a descentralização e a centralidade da família e do território como eixos estruturantes da política.

No município de Ponta Grossa, a análise do CRAS Cará-Cará evidencia como essas diretrizes se materializam no cotidiano dos serviços. Enquanto equipamento da proteção social básica, o CRAS se configura como espaço fundamental de acolhimento, mediação de demandas e articulação com a rede socioassistencial. Entretanto, sua atuação é atravessada por limites estruturais, como a insuficiência de recursos humanos e financeiros, a precarização das condições de trabalho e a sobrecarga dos profissionais, elementos que comprometem a efetividade das ações desenvolvidas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), foco desta pesquisa, demonstra relevância estratégica na prevenção de riscos sociais, no fortalecimento das relações familiares e comunitárias e na promoção da autonomia dos usuários. A pesquisa de campo evidenciou que o serviço se constitui como espaço de escuta, pertencimento e construção de vínculos, especialmente para públicos em situação de maior vulnerabilidade, como mulheres e idosos. Ainda assim, sua efetivação ocorre em meio a desafios que refletem tanto a realidade local quanto às contradições estruturais da política de assistência social no Brasil.

Os dados coletados junto aos profissionais do CRAS Cará-Cará revelam que a atuação no SCFV ultrapassa a execução de atividades socioeducativas, exigindo competências relacionadas à escuta qualificada, à mediação de conflitos, à análise crítica da realidade e à articulação intersetorial. O trabalho profissional se desenvolve em um contexto de demandas complexas e, muitas vezes, superiores à capacidade institucional de resposta, o que evidencia os limites da política pública frente às expressões da questão social.

Nesse sentido, o SCFV se apresenta como espaço de proteção e resistência, no qual o vínculo estabelecido entre profissionais e usuários assume papel central na construção de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades. A articulação com a rede socioassistencial, envolvendo serviços como CRAS, CREAS, saúde, educação e demais políticas públicas, mostra-se essencial para a garantia de um atendimento mais integral e eficaz, possibilitando respostas mais amplas às demandas apresentadas.

Mesmo diante das dificuldades estruturais, a pesquisa evidenciou o compromisso ético-político dos profissionais, que desenvolvem estratégias criativas e buscam garantir a continuidade e a qualidade do serviço. Essa atuação reforça o papel do Serviço Social enquanto profissão comprometida com a defesa de



direitos e com a construção de uma sociedade mais justa, conforme apontam autores como Iamamoto (2008) e Netto (2005).

Por outro lado, destaca-se a preocupação em relação às recentes mudanças que indicam a possível descontinuidade ou reconfiguração do SCFV nos moldes atuais. Considerando sua importância enquanto espaço de convivência, prevenção e fortalecimento de vínculos, tal cenário pode representar um retrocesso na política de assistência social, comprometendo ações fundamentais para a promoção da autonomia e da cidadania dos usuários.

Conforme discutido por Sposati (2016) e Fagnani (2010), a fragilização ou descontinuidade de políticas sociais tende a ampliar desigualdades e enfraquecer os mecanismos de proteção social. Nesse sentido, a manutenção e o fortalecimento de serviços como o SCFV são essenciais para a consolidação do SUAS enquanto sistema de garantia de direitos.

Dessa forma, conclui-se que, embora a política de assistência social tenha avançado significativamente no plano normativo, ainda enfrenta desafios importantes no campo da sua operacionalização. O CRAS Cará-Cará evidencia, simultaneamente, as fragilidades e as potencialidades dessa política, configurando-se como espaço de resistência, de construção de vínculos e de promoção da cidadania.

Por fim, ressalta-se a importância de ampliar o debate sobre a efetivação das políticas socioassistenciais, bem como de fortalecer a atuação profissional e o investimento público na área. A continuidade de pesquisas nesse campo é fundamental para aprofundar a compreensão sobre os impactos dessas políticas na vida dos usuários e para contribuir com o aprimoramento da assistência social enquanto direito.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2015.



BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 nov. 2009.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. Campinas: Unicamp, 2010.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PONTA GROSSA. **Lei Municipal n.º 13.010, de 2017.** Institui a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, 2017.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social:** de ação individual a direito social. São Paulo: Cortez, 2016.